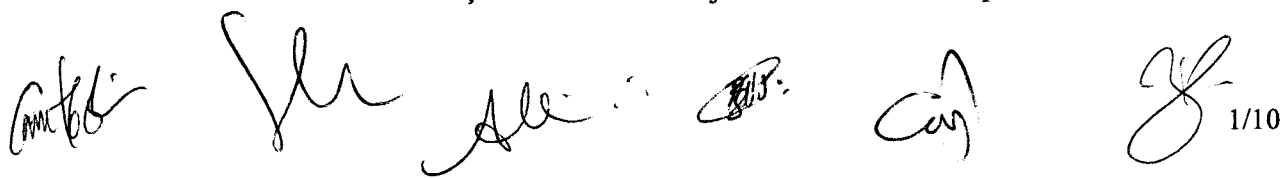


ATA  
09

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA/TO** Às 14 horas e 30 minutos do dia dez de novembro de dois mil e dez, no Auditório da Secretaria do Planejamento – SEPLAN foi realizada 26ª Reunião Ordinária do COEMA, presidida por **Clemente Barros Neto** e pelo Secretário-Executivo, **Belizário Franco Neto**, contando com a participação dos Conselheiros: Iapurê Olsen, representante da Secretaria da Indústria e Comércio; **Lúcia Leiko Tacaoca Muraishi Garcia**, representante da Secretaria da Infraestrutura; **Sérgio Luís de Oliveira e Silva**, representante da Secretaria de Saúde; **Roberto Jorge Sahium e Corombert Leão de Oliveira**, representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Maria Teresa Barbosa Soares**, representante da Secretaria de Educação e Cultura; **Bruno Machado Carneiro**, representante do Ministério Público Estadual, **Ana Flávia Ferreira Cavalcante**, representante da Procuradoria-Geral do Estado; **Jair da Costa Oliveira filho**, representante da Comunidade Científica; **Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves e Marcos Vinício Batista**, representantes das ONGs do Estado do Tocantins; **Rildo Virajone Aquino Parrião**, representante da Polícia Militar do Estado do Tocantins; **Diogo Pedreira Lima**, representante da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins e **Cassius Ferreira Gariglio**, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins – CREA; **João Paulo Ribeiro Filho**, representante da Associação Tocantinense de Municípios – ATM; **Raimunda Nonata Nunes Rodrigues**, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins – FETAET; **Nilva Aparecida Pacheco Bezerra**, representante da Federação do Comércio do Estado do Tocantins- FECOMERCIO.A abertura da reunião foi realizada pelo Presidente do Conselho, Clemente Barros Neto, que agradeceu a presença dos presentes e convidou Roberto Sahium, Secretário da Agricultura para compor a mesa e passou a palavra para o Secretário-Executivo Belizário Franco Neto, o qual leu a pauta da reunião: 1. Abertura; 2. Ordem do dia: (i) Aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária; (ii) Aprovação de calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2011; (iii) Apresentação sobre a situação do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FUEMA/TO; (iv) Proposta de Moção nº 01 (revisão de vinculação do NATURATINS); (v) Proposta de Moção nº 02 (regularização fundiária e redimensionamento dos Parques Estaduais do Cantão e Jalapão); (vi) Proposta de Moção nº 03 (transformação da CIPAMA em Batalhão); (vii) Apresentação do Relatório Técnico da Câmara Técnica de Unidades de Conservação (áreas prioritárias para criação de UCs). 3. Palavra livre; 4. Encerramento. Em seguida pergunta ao plenário se há alguma proposta para alteração da ordem do dia. Como ninguém se manifestou, fica mantida a ordem dos trabalhos. É passada a palavra ao Presidente do Conselho, Clemente Barros Neto, que leu a segunda proposta da reunião que é a aprovação do calendário das reuniões ordinárias para dois mil e onze e pediu para os conselheiros se manifestarem caso fossem contra a proposta. Não havendo manifestação foi aprovado o calendário. E passou-se para o terceiro ponto da pauta: apresentação da situação do Fundo Estadual do Meio Ambiente, logo em seguida o Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo, Belizário Franco que convidou o gerente do Fundo Ézio do Naturatins para fazer apresentação da situação do Fundo hoje no estado do Tocantins. Antes de passar a palavra o Secretário Executivo do COEMA ressaltou que o Conselho é o órgão fiscalizador e aprovador da aplicação deste recurso. Ézio iniciou sua apresentação cumprimentando os presentes e falando que o Fundo Estadual do Meio Ambiente é destinado exclusivamente à execução da Política Ambiental e foi criado em 1991. Antes da criação do FUEMA (Fundo Estadual do Meio Ambiente) havia o FUNATINS (Fundo Único do Meio Ambiente), porém o mesmo não era regulamentado e todos os valores arrecadados eram depositados em uma conta que pertencia a UG Naturatins. Com a criação do FUEMA hoje existe duas UG's que são: UG Naturatins e

RATOS



54 UG Fundo Estadual do Meio Ambiente que esta controlando todos esses recursos. Antes  
55 de criar o Fundo, o Naturatins tinha recursos provenientes de dotação orçamentárias,  
56 convênios, rendas de aplicações financeiras e recursos provenientes do Fundo. Ézio  
57 ressaltou que a UG do FUEMA não trabalha apenas com os recursos do fundo, tem  
58 outros recursos proveniente de convênios. Ézio leu o art. 2º da lei 2095/2009 que dispõe  
59 sobre as fontes de recursos do FUEMA. O Naturatins é quem acompanha a  
60 movimentação e aplicação destes recursos e a celebração de convênios. Ézio apresentou  
61 os valores arrecadados no período de primeiro janeiro até a data presente e informou  
62 que o valor é de quatro milhões e seiscentos e quarenta e seis mil reais. Deste valor  
63 saíram do fundo um milhão setecentos e setenta e três reais. No extrato mostrado por  
64 Ézio há hoje no fundo dois milhões oitocentos e sessenta e sete mil e diz que gostaria de  
65 fazer uma sugestão para que se faça gestão entre Secretaria da Fazenda e Secretaria do  
66 Planejamento para que todos os recursos que foram pegos voltem pra a conta da UG do  
67 FUEMA. Ézio finalizou sua fala dizendo que está a disposição para maiores  
68 esclarecimentos. O Secretário Executivo Belizário leu o art. 8º da lei 2.095 de  
69 9/07/2009, que criou o FUEMA e disse que será preciso fazer uma reunião  
70 extraordinária para deliberar sobre como estes recursos serão aplicados no próximo  
71 exercício. A representante das ONG Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves perguntou ao  
72 Ézio se o Naturatins tem um plano onde são priorizadas ações para aplicação e para  
73 quais unidades de conservação foi direcionado. Ézio informou que o Naturatins trabalha  
74 com duas UG, e a UG Naturatins é para a área administrativa: folha de pagamento,  
75 transporte, informática e na UG FUEMA envolve todas as ações da área ambiental. O  
76 Secretário Executivo informou que fazendo cumprir o art.8º da lei que criou o FUEMA  
77 quem vai decidir como será e onde será aplicado este recurso é o COEMA. Tenente  
78 Coronel Rildo Virajone Aquino Parrião, representante da Polícia Militar do Estado do  
79 Tocantins disse que é importante observar a deliberação da aplicação do Fundo porque a  
80 CIPAMA é um órgão que tem atuação constante na área ambiental e tem um convênio  
81 com o Naturatins onde são repassados três mil reais mensais e que devido ao montante  
82 apresentado poderia a CIPAMA ser contemplada com mais recursos. O presidente do  
83 COEMA reafirmou a importância desta deliberação que trata o art. 8º da lei 2095/2009,  
84 pois que estas ações sejam direcionadas pelo COEMA. O representante do CREA-TO  
85 Rosiran, perguntou como será feito esta gestão junto ao SIAFEM? O Secretário do  
86 COEMA disse que a proposta da mesa é convocar uma reunião extraordinária do  
87 Conselho e que será solicitada ao Naturatins preparação de um plano de aplicação de  
88 maneira que se possa discutir e aprovar este encaminhamento e depois de aprovado  
89 poderia informar também aos órgãos a forma e o montante de recursos que devem ser  
90 aplicados no próximo exercício. Lúcia Leiko representante da Secretaria da  
91 Infraestrutura sugeriu que se fosse discutido o assunto da aplicação destes recursos por  
92 Câmara Técnica Específica ou Comissão, pois se trata de um assunto bastante detalhado  
93 que não pode ser discutido dentro do Conselho. O Secretário Executivo do COEMA  
94 disse que nada impede esta criação, mas segundo o art. 3º desta mesma lei já define em  
95 que deve ser aplicado. O que deve ser feito de imediato é solicitar ao Naturatins a  
96 elaboração de um plano de aplicação baseado na lei e depois trazer para o plenário para  
97 discussão, aprovação e execução. Cassius representante do CREA/TO ratificou as falas  
98 do Rosiran e do Ézio e disse que se faz necessário o COEMA fazer a gestão junto com  
99 estas duas instituições responsáveis pelo gerenciamento do fundo. Belizário disse que  
100 realmente o Conselho é um órgão colegiado e que pode fazer uma gestão junto a estas  
101 duas instituições de planejamento e fazendária, principalmente na parte financeira, pois  
102 o orçamento é aprovado no final do ano para o próximo exercício e que o principal  
103 objetivo seria a parte financeira, pois é onde se tem mais problema. Ézio disse que o  
104 problema está nos dois (planejamento e fazendário), pois temos um orçamento e na hora  
105 da execução limita o financeiro, se o Estado não liberar o orçamento a Fazenda não  
106  
107

Rildo Borjas


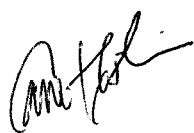
108 pode liberar os recursos que já estão em sua posse e isso atrapalha e onera a execução  
109 deste fundo. Belizário diz que na condição de conselheiro gostaria que o Naturatins se  
110 preocupasse com uma estrutura mínima, pois sem essa estrutura de gestão, este fundo  
111 não vai conseguir andar, é preciso um número mínimo de técnicos a disposição  
112 integralmente, pois tem que se preparar edital, aprovar uma série de projetos e que na  
113 reunião extraordinária deveria ser proposta a criação desta estrutura mínima de gestão.  
114 Antenor Fonseca disse que é muito interessante discutir este tema, pois é preciso  
115 fiscalizar, controlar, acompanhar e por em prática, pois o que se tem visto é somente  
116 teoria. Tenente Coronel Virajone (CIPAMA) leu o art. 7º da lei 2.095/09 e disse que é  
117 competência do Naturatins fazer a elaboração do plano e sugeriu que os órgãos  
118 envolvidos fossem convidados para participar da elaboração do plano para ver quais são  
119 as necessidades e demandas de cada órgão. Cassius (CREA) disse que é primordial a  
120 criação de uma comissão interna dentro do Naturatins que possa estar voltada só para  
121 trabalhar com esse tema e que o COEMA dentro da amplitude de sua atuação poderia  
122 dar apoio ao Naturatins. Lucia Leiko (SEINF) leu o art.8 e perguntou até que ponto será  
123 exercido o papel do COEMA na gestão deste fundo? E que as diretrizes devem ser  
124 dadas pelo Conselho. O presidente do COEMA disse que o conselho está muito tímido,  
125 uma vez que a lei delega a responsabilidade de definir prioridades e diretrizes na  
126 elaboração e aplicação deste fundo é preciso exercer a função que a lei determina.  
127 Bruno (MPE) disse que as instituições poderiam enviar uma proposta de  
128 complementação ou quais as ações que elas necessitam para que o Naturatins contemple  
129 ou se já estão contempladas neste plano para aplicação para o próximo ano. Tenente  
130 Coronel Virajones (CIPAMA) disse que a preocupação maior que o CIPAMA tem é  
131 com a Educação Ambiental e que infelizmente a policia ambiental não tem  
132 desenvolvido atividades de Educação Ambiental devido à política de governo e que por  
133 isso tem ficado mais com a fiscalização e a falta de recursos é outro fator que contribui  
134 para isso, para a PM a condição ambiental fica em último plano, existe um núcleo, mas  
135 não existe uma cartilha para elaborar planos de Educação Ambiental. Ézio disse que os  
136 recursos da fonte duzentos e quarenta contemplam quatorze ações do Naturatins e que  
137 esses recursos quase não dão conta de suprir as necessidades do órgão e que é uma  
138 preocupação do Naturatins estar melhorando a capitação de recursos deste fundo. Iapurê  
139 (SIC) disse que considera um desvio de conduta zerar o saldo orçamentário de um fundo  
140 destinando o recurso para outra finalidade sendo que este fundo é criado com fontes de  
141 recursos distintas da fonte zero/zero e que está surpreso em ver que as atribuições do  
142 Naturatins estão sendo custeadas pelo fundo, ou seja, a fonte zero/zero está custeando  
143 folha de pagamento e despesas e que lhe parece que isso não é a finalidade do fundo.  
144 Iapurê sugeriu chamar o Naturatins para revisar seu PPA e que estas ações do Naturatins  
145 custeadas pelo fundo estão equivocadas. Presidente Clemente Barros disse que a  
146 contribuição do conselheiro Iapurê é bastante válida e que é exatamente o ponto aonde  
147 se quer chegar: fazer com que a lei seja cumprida. O Secretário Executivo do COEMA  
148 disse que a proposta de encaminhamento continua a mesma e que para a lei ser  
149 cumprida será preciso desatrelar o custeio do Naturatins do Fundo, e que a parte  
150 operacional do Naturatins tem que ser custeada com recurso do Estado e que os recursos  
151 dos Fundo é para atividades do mesmo. Ézio disse que não há somente a fonte de  
152 recursos duzentos e quarenta, mas sim quatro fontes de recursos e se buscou manter um  
153 equilíbrio orçamentário tanto é que nas duas UG's se dividiu as ações prioritárias do  
154 Naturatins e as ações que são interessantes em ficar dentro do fundo. O Secretário  
155 Executivo disse que é preciso gerir o Fundo com base na lei e por isso fica a solicitação  
156 ao Naturatins para que refaça o Plano de Aplicação para ser apresentado na próxima  
157 reunião do COEMA. O Secretário Executivo passou para o próximo ponto da pauta  
158 referente a três moções, o mesmo dispensou a leitura dos “considerando”, pois o  
159 material já havia sido enviado anteriormente. Fez-se a leitura da moção número um de

RATO BORG

160 proposta da ONG Onça d'água, que recomenda a revisão de vinculação do Instituto  
161 Natureza do Tocantins- Naturatins. Logo em seguida fez-se a leitura da segunda moção  
162 que solicita priorização e urgência nos processos de regularização fundiária dos Parques  
163 Estadual do Cantão e do Jalapão. Moção número três de propositura do Ministério  
164 Público Estadual que recomenda a transformação da Companhia Independente de  
165 Polícia Militar Ambiental- CIPAMA em Batalhão Ambiental. Após a leitura foi aberta  
166 para discussão. A conselheira Ana Flávia (PGE) fez considerações sobre a moção  
167 número dois, de proposta da ONG Onça d'água e diz que a moção deve ser dirigida ao  
168 Governador e a Procuradoria Geral do Estado e não às secretarias mencionadas, pois  
169 quem cuida da regularização fundiária de parque é a Procuradoria, disse ainda que seria  
170 um contra-senso a aprovação da moção de agilidade dos processos do Jalapão, pois o  
171 redimensionamento do Parque é uma questão que ainda está sendo discutida e se for  
172 alterado a sua extensão provavelmente as áreas que serão desapropriadas irão sofrer  
173 alterações e que não se pode ser negligente com a utilização do dinheiro público, pois  
174 logo deverá ser prestados esclarecimentos a Secretaria de Recursos Hídricos, pois é  
175 quem repassa o dinheiro para Procuradoria e que a maior parte do Parque está sendo  
176 questionada como terra quilombola e se é terra quilombola o Estado não poderá  
177 desapropriar. E informou que os processos do Cantão já estão bastante avançados e  
178 vários processos estão em sentença e que não tem como passar por cima dos  
179 procedimentos judiciais e afirmou ser contra a agilidade dos processos de regularização  
180 do Cantão e que o Estado está com a proposta de receber áreas em doação sem gastar  
181 nada, mas em forma de compensação de reserva legal. E que concorda com a agilidade  
182 do redimensionamento do Parque do Jalapão, porém a agilidade da regularização  
183 fundiária é questão essencialmente judicial. E solicita aos conselheiros que ao aprovar  
184 esta moção prestassem muita atenção, pois poderia ter uma consequência mais grave  
185 posteriormente. A representante das ONG Beatriz ressaltou que quando se pensa em  
186 agilizar e dar prioridades não está se falando de atropelar procedimentos e que já se  
187 passaram doze anos desde a criação do Cantão e nove anos da criação do Jalapão e  
188 entende-se que é tempo suficiente para se ter concluído estes processos. E que a  
189 proposta da moção é que o Estado tome isto como uma ação de interesse de Estado e  
190 que isso seja resolvido e não protelado e interrompido por dificuldades que o Estado  
191 enfrenta e essa situação repercute na gestão das Unidades de Conservação, na rotina das  
192 pessoas que moram e vivem no entorno e até no interior das unidades, vai interferir no  
193 plantio e produção, pois é uma situação muito delicada e que o Estado deve tratar esta  
194 questão com muito carinho. Ressaltou que quando se tem oportunidade de solicitar no  
195 COEMA que este assunto seja prioridade, seria irresponsabilidade entender que o  
196 processo é lento então não vamos defendê-lo. E com relação ao Cantão, a área que falta  
197 ser desapropriada é mínima perto da área que já foi regularizada. E a respeito do Jalapão  
198 que embora se tenha um processo novo com requerimento da área quilombola foi pago  
199 uma consultoria para os estudos de redimensionamentos onde ele aponta outras áreas de  
200 interesse contigua ao atual limite do parque e que não conflitaria com a demanda da  
201 comunidade que está inserida nesta unidade, então já que a consultoria aconteceu e os  
202 processos foram concluídos entende-se que o Estado pode assumir essa redefinição dos  
203 limites, independente de se esperar o prazo que outro processo de território quilombola  
204 finalize e se for esperar por isso seria um desastre para o Estado não assumir de fato o  
205 destino desta Unidade de Conservação, e que esta questão está sendo colocada num  
206 contexto onde o Estado do Tocantins tem uma enorme responsabilidade de conservação  
207 do cerrado. Então, manter estas unidades sem uma solução, sem poder cumprir o papel  
208 de gestão e as comunidades ao mesmo tempo tendo conflitos constantes com os gestores  
209 e não podendo tocar a vida normalmente porque estão preocupados se irão ficar ou irão  
210 sair, isso não é justo e é considerado uma crueldade. A conselheira diz aos demais  
211 conselheiros que não se pode perder esta oportunidade de estar reivindicando um

RST/Bois

212 cuidado maior com essas unidades de conservação até porque estão nesta mesma  
213 reunião discutindo a criação de novas unidades de conservação e que isto não pode ser  
214 tratado como mais um processo administrativo. Santiago diretor de biodiversidade e  
215 áreas protegidas do Naturatins esclarece que este processo esta tramitando hoje no  
216 Ministério Público Federal e que existe a Fundação Palmares que já reconheceu o  
217 território quilombola. Foram apresentados estudos, realizado e pago pela TNC para o  
218 Naturatins, a Fundação Palmares e a SEPI-Secretaria de Reparação e Inclusão social, ao  
219 Inbra e ao Ministério Público, foram realizadas reuniões no território quilombola e no  
220 MP para esclarecimentos e que todos os estudos encontram-se no Inbra, onde estão  
221 contratando antropólogos da UFT e da Fundação Palmares e da SEPI para dar  
222 andamento ao processo. Após ser feito uma audiência pública para redimensionamento  
223 do parque baseado nos estudos feitos pela TNC, a Fundação Palmares e a SEPI  
224 entraram com um processo no Ministério Público Federal solicitando a suspensão da  
225 ação de redimensionamento estadual, pois envolve também todo o território quilombola  
226 onde esta também uma Estação Ecológica e este processo foi parar na esfera federal por  
227 envolver uma unidade de conservação estadual e federal. Marcos Vinicius (ONG) diz  
228 que o pedido de urgência na solicitação para resolver os problemas das unidades de  
229 conservação não irá atropelar as questões jurídicas que já vem ocorrendo e devido ao  
230 protelamento ou a falta de urgência para resolver estes problemas, o Estado já perdeu ou  
231 esta perdendo o Parque Nacional do Araguaia devido aos conflitos com as comunidades  
232 do entorno e comunidades indígenas. De acordo com SNUC prevê cinco anos e  
233 conforme citado anteriormente pela conselheira Angélica Beatriz, quanto tempo isso já  
234 vem se desenrolando? Conselheira Ana Flávia(PGE) questiona o que é urgência para  
235 processo de regularização fundiária e que prazos devem ser observados? Questiona  
236 ainda como se age mais rápido dentro de um processo jurídico quando se depende de  
237 outras pessoas? A Procuradoria tem prazos para se manifestar e caso não se manifeste  
238 dentro do prazo são responsabilizados por isso. E que não consegue entender qual é a  
239 agilidade cobrada, pois o dinheiro é repassado e aplicado e que já houve um avanço  
240 muito grande, pois já se tem a emissão provisória na posse de toda área do Cantão assim  
241 o Estado está legalmente autorizado a tomar medidas de prevenção e o Jalapão apesar  
242 de não ter a emissão provisória da posse e por ser um parque, o Estado tem que  
243 proteger, pois é seu dever. Representante das ONG Marcos Vinicius disse que ainda não  
244 consegue entender a questão do prazo, pois se já tem recurso, técnicos, estudos e a lei  
245 do SNUC dá um prazo de cinco anos para regularização fundiária em unidades de  
246 conservação. O Secretario Executivo colocou em votação as moções número um e  
247 número três, ambas foram aprovadas. Bruno (MPE) solicitou uma pequena alteração no  
248 último considerando da moção número três, retirar a palavra “será”. Antônio Galvão  
249 representante do Instituto Jalapão Ecológico disse que o Parque Estadual do Jalapão foi  
250 criado de uma forma atabalhoada, pois não houve uma consulta prévia a população, não  
251 foi considerada outras comunidades e que o Parque foi criado encima de uma  
252 comunidade quilombola e acredita que o redimensionamento do Parque irá causar mais  
253 uma dificuldade para os moradores e que se faz necessário primeiro à resolução deste  
254 conflito judicial com relação à comunidade quilombola para se pensar em fazer o  
255 redimensionamento do parque. O Secretário Executivo Belizário colocou em votação a  
256 moção número dois e perguntou se chegaria a um consenso, pois a mesa entende que  
257 tem duas proposições uma a favor e uma contra. Conselheira Ana Flávia sugeriu que  
258 seja retirada a questão da celeridade dos processos dos dois parques e seja mantido o  
259 redimensionamento do parque. Conselheira Angélica Beatriz sugeriu que seja mantida a  
260 questão da priorização dos dois processos das Unidades de Conservação e sugere  
261 acrescentar ao texto “priorização” o que foi aceito por todos os Conselheiros. Depois de  
262 vencido este ponto de pauta passou-se para o próximo item. O Secretário Executivo do  
COEMA informou aos demais conselheiros que a Câmara Técnica de Unidades de



5/10

Tudo bem?



263 Conservação passou os últimos meses levantando as áreas prioritárias para conservação  
264 e convidou o coordenador da Câmara Técnica de Unidade de Conservação o engenheiro  
265 florestal Ruberval (SRHMA) para apresentar os resultados obtidos. Ruberval iniciou sua  
266 apresentação falando do assunto de que trata a Câmara Técnica que é a escolha das  
267 áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação de proteção integral dentro  
268 do contexto do projeto Cerrado Sustentável do Tocantins, relatou que o Estado fez um  
269 estudo e selecionou dezoito áreas que são prioritárias para Unidades de Conservação.  
270 Os elementos norteadores para discutir o processo de escolha das áreas prioritárias a lei  
271 do SNUC e SEUC, o estudo feito em dois mil e quatro onde são indicadas as áreas de  
272 prioridade, o Programa Estadual de Biodiversidade e o Programa Estadual de Áreas  
273 Protegidas. Ruberval citou quatro critérios que foram analisados para as escolhas destas  
274 áreas. Os critérios são a importância ecológica, graus de ameaças, infra-estrutura  
275 disponível e extensão da área. As áreas prioritárias selecionadas foram: Interflúvio  
276 Tocantins e Paranã, Serra da Cangalha, Vale do rio Palmeiras e região Norte. Secretário  
277 Executivo colocou em discussão a proposta. O conselheiro Roberto Saium pediu mais  
278 detalhes sobre a área prioritária "Vale do rio Palmeiras" e questionou Ruberval como se  
279 criar uma Unidade de Conservação onde já existem sete PCH's? Informou que a  
280 Secretaria de Agricultura tem um projeto de piscicultura colocado dentro daquele vale  
281 para melhorar o IDH, do PIB e outras questões ambientais e por que o interesse em  
282 transformar aquela região em UC, pois lá se tem a maior fazenda produtiva daquela  
283 região e que a Serra Branca em Arraias e outras áreas têm mais aptidão para serem de  
284 conservação, por que foi escolher uma região onde está em franca produção, grandes  
285 propriedades e essas sete hidrelétricas produzindo energia para o Brasil afora? O  
286 presidente do COEMA informou que nesta região há um estudo de viabilidade no rio  
287 Palmeira para estar implantando um projeto de irrigação. Ruberval informou que foi  
288 tomado por base o estudo de dois mil e quatro e que nesta época não existia essa  
289 quantidade de PCH's. Serão realizadas consultas públicas onde a comunidade que irá  
290 dizer se irá ou não querer uma unidade de conservação. Ruberval informou que o Vale  
291 do rio Palmeiras foi selecionado porque é a última área remanescente de matas secas do  
292 estado e da região nordeste do estado de Goiás. Paulinho (ATM) sugeriu que os  
293 municípios fossem ouvidos numa proporção muito maior e principalmente nas áreas já  
294 definidas. Conselheira Angélica Beatriz reafirma que a escolha desta região é devida a  
295 conservação do ecossistema que praticamente se extinguiu no estado de Goiás e que só  
296 tem representação em Goiás e no Tocantins que é este ecossistema de mata seca no  
297 cerrado. Fica pontuado a importância ecológica do rio Palmeiras e que a conservação  
298 não atingiria o rio onde foram instaladas as PCH's. A conselheira sugeriu ao Naturatins  
299 a possibilidade de criar um grupo específico ou uma comissão que se prepare para  
300 realizar essas consultas públicas para que o estado não incorra no mesmo erro de não  
301 contemplar todos os interessados no processo de criação das unidades. Bruno  
302 representante do MPE diz que é preciso quebrar esses paradigmas de que as unidades de  
303 conservação são totalmente ruins, tem municípios que estão estagnados  
304 economicamente e que de repente uma UC pode vir a favorecer o desenvolvimento  
305 desta região e nem sempre uma atividade de monocultura irá trazer benefícios para  
306 aquela comunidade local e de repente pode uma UC. É preciso trabalhar num contexto  
307 de produção sustentável para todos. E ratificou a fala da conselheira Angélica Beatriz  
308 quando esta sugeriu ao Naturatins a criação de um grupo ou comissão para realizar as  
309 consultas públicas. Santiago Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Naturatins  
310 esclarece que desde o ano passado foi estabelecido pelo Ministro do Meio Ambiente  
311 que fossem criadas áreas protegidas porque o cerrado seria considerado de patrimônio  
312 nacional. Foi estabelecido um mapa do próprio ministério aonde tinha algumas áreas  
prioritárias para conservação ambiental. O conselheiro Roberto Saium pediu para  
nívelar as informações, pois está tendo divergências nos dados, e que de acordo com o

6/10

RSR Boas

313 repassado a ele das discussões feitas na Câmara Técnica, Campos Lindos seria o ponto  
314 mais alto do Tocantins e que seria até simbólico, pois tem 1.248 m de altitude e depois  
315 aparece o Vale do Rio Palmeiras. Então pergunta qual é a base para trabalhar? E diz que  
316 o Naturatins é um órgão executor de políticas públicas tem que parar de querer legislar,  
317 executar, judicial e ainda policiar. O representante Fonseca (ONG) diz que precisamos  
318 avançar na expansão da preservação das Unidades de Conservação capitalismo x meio  
319 ambiente, e meio ambiente tem que vencer pelo equilíbrio ecológico. A Conselheira  
320 Lúcia Leiko (SEINF) diz que não se sente bem esclarecida para votar e sugere uma  
321 apresentação mais detalhada das regiões eleitas prioritárias, pois isso tem custo e reflexo  
322 na sociedade. Informo que a SEINF tem recursos para criar uma UC federal em região  
323 de Mata Seca, por causa da BR 242 e pergunta se isso foi informado pela representante  
324 do ICMBIO e se foi considerada essa Unidade. Santiago (Naturatins) diz que gostaria de  
325 esclarecer que quem teve a iniciativa foi o Ministério do Meio Ambiente, que queria  
326 conservar uma área do cerrado, mas que o Secretário da época Fábio Lélis, passou a  
327 ação para o Naturatins negociar com o MMA baseado nos estudos da SEPLAN.  
328 Ruberval (SRHMA) informa que a área do Rio Palmeiras não está contemplada na  
329 versão do ATLAS de 2004, somente na de 2008. Diz ainda que a CT se baseou nos  
330 estudos do PROBIO, pede desculpas por não ter feito uma apresentação mais detalhada  
331 e informa que a metodologia utilizada foi que cada instituição representada na Câmara  
332 Técnica apresentaria até três áreas que considerava importante. ONG e SRHMA  
333 apresentou Interflúvio e rio Palmeiras, o Naturatins Serra da Cangalha, a SEPLAN  
334 apresentou 6 áreas na região norte e a Adtur apresentou algumas áreas da região  
335 sudeste, que tem alguns atributos, como cavernas, quenios, e uma forma de preservar  
336 esses atrativos seria criar RPPN's. Corombert (SEAGRO) não apresentou nenhuma  
337 área, mas fez sua defesa da necessidade de mudar o foco das Unidades de Conservações  
338 para a criação de RPPN'S, e O Estado criar mecanismos que fomentem a criação de  
339 RPPN'S e as torne viáveis como fonte de receitas para os proprietários. Corombert Leão  
340 (SEAGRO) diz que na primeira reunião da Câmara Técnica questionou se essa CT  
341 estaria dizendo que seria criada uma UC ou estaríamos repassando ao Conselho  
342 informações pertinentes à Unidade de criação, principalmente em relação ao GEF, e me  
343 foi informado a câmara que é um estudo de caso. Onde dentro das prioridades, existe  
344 uma prioridade maior, e o grande fator de tomar a decisão é o financeiro. Os recursos  
345 existentes para os próximos 2, 3 ou 4 anos esteja garantido somente da Serra da  
346 Cangalha. A questão da sustentabilidade, e da utilização das áreas que foram estudadas  
347 pela Biodiversidade, dos estudos apresentados pelo Ruberval, algumas dessas áreas não  
348 existe mais na sua totalidade, mas nos valores, nos números colocados nos estudos de  
349 2004. Por exemplo, o Interflúvio 40% da área já foi desmatada. O que norteou a tomada  
350 de decisão, foi colocar o prioritário do prioritário, no caso a Serra da Cangalha, que já  
351 está mais adiantado, a decisão de todos os outros não será do conselho, o conselho  
352 somente estará sugerindo estas como prioritárias, e a comunidade que vai decidir se vai  
353 ser criada ou não. Beatriz (ONG) diz que realmente seria interessante dentre dos  
354 critérios trabalhados, mostrar as características de cada UC, para que a plenária pudesse  
355 visualizar melhor. De uma forma geral elas estão representadas por ecossistemas, com  
356 características de mata seca, e espécies ameaçadas de extinção, que fez com que o grupo  
357 chegasse a essa sugestão. A Serra da Cangalha já está com o processo avançado, e  
358 inclusive já começaram as consultas públicas. Extensão e categoria de manejo são itens  
359 que são discutidos em consultas públicas, se o plenário entender que há essa  
360 necessidade, sugeriria que trouxéssemos esses detalhes das áreas que foram indicadas.  
361 A idéia é que dentro do processo que se espera da nova fase de implantação da Unidade  
362 de Conservação, que os demais itens realmente sejam um contexto da consulta pública.  
363 Tem que ser um processo que envolva instituições, municípios e pessoas envolvidas,  
364 para realmente verificar que extensão que pode ser criada em cada uma dessas áreas,

Ribeiro Borges

365 que limites serão esses e qual a sua categoria. O Secretário Executivo Belizário ressalta  
366 que o papel do conselho no processo de criação, é apenas de sugerir. A criação de uma  
367 UC compete ao chefe do poder executivo; por operato dele ou encaminhar para a  
368 Assembléia Legislativa, pode tanto ser criada por decreto, como por lei. Depois de  
369 aceito pelo chefe do poder executivo entraria as etapas subseqüentes. Dois pontos foram  
370 ressaltados em relação à criação da Unidade de Conservação, primeiramente que tudo  
371 deve ser criado com bastante critério, porque antes da lei no estado as primeiras  
372 unidades de conservação foram criadas basicamente em um tamanho desnecessário. O  
373 segundo ponto é que devemos criar unidades de conservação para evitar a ação direta do  
374 Governo Federal no território tocantinense. Deve se levar em consideração critérios,  
375 principalmente o critério de sustentabilidade dos municípios. Bruno (MPE) diz que está  
376 de acordo com a preocupação do Conselheiro Roberto Sahium, ou seja, pertinente saber  
377 qual base vai ser utilizada para orientar os trabalhos. Diante deste questionamento,  
378 sugeriu a Câmara Técnica a criação ou vinculação de uma Secretaria de Cartografia  
379 dentro do estado do Tocantins, com objetivo de coordenar os trabalhos cartográficos  
380 feitos pelo estado. Existe a diretoria de Zoneamento Ecológico e Econômico que  
381 desempenha este papel, justamente para saber qual é a base que vai ser utilizada,  
382 principalmente para quem vai fazer pericia ou relatório voltado para as promotorias é  
383 preciso citar a fonte de dados que esta sendo utilizada, e qual a validade e confiabilidade  
384 desta base. É interessante o estado ter alguma entidade que coordenasse essas ações  
385 dentro do PPA. O Secretário Executivo Belizário diz que o entendimento da mesa é que  
386 devido à questão total de recursos se dê início pela Serra da Cangalha. Beatriz (ONG)  
387 corrobora a solicitação da Conselheira Lúcia Leiko, quanto uma apresentação detalhada  
388 da qualificação das áreas que forem indicadas. Belizário diz quem concorda e sugere  
389 que tragam mapas para que os conselheiros visualizem a área. O Conselheiro Roberto  
390 Sahium (SEAGRO) diz que quanto à criação de Unidades de Conservação deve se ter  
391 um parâmetro para poder orientar os empresários, ou seja, por quais estudos iremos nos  
392 orientar? O Presidente informa que esta é a última Reunião Ordinária deste ano, e  
393 teremos uma em dezembro extraordinária, agradece a presença de todos e diz que a  
394 reunião foi bastante proveitosa. Desta forma, a ata uma vez aprovada pelo plenário do  
395 COEMA, será assinada por mim, Belizário Franco Neto, Secretário-Executivo, pelo  
396 Presidente do COEMA e pelos demais conselheiros.

**Clemente Barros Neto**  
Presidente

**Belizário Franco Neto**  
Secretário Executivo

**Stalin Beze Bucar**  
Presidente do Naturatins

**David Siffert Torres**  
Secretaria do Planejamento

  
**Rodrigo Sabino Teixeira Borges**  
Secretaria do Planejamento

**Gisele Franco Neves**  
Secretaria de Ciência e Tecnologia

**Carmelita Cripriano de Sousa Araújo**  
Secretaria de Ciência e Tecnologia

**Maria Teresa Barbosa Soares**  
Secretaria da Educação e Cultura

**Elvira Noredina Gemelli Herberts**  
Secretaria da Educação e Cultura



**Iapurê Olsen**  
Secretaria de Indústria e Comércio

**Félix Bezerra**  
Secretaria de Indústria e Comércio

**Ricardo de Souza Fava**  
Secretaria de Infraestrutura

**Lúcia Leiko Tacaoca Muraishi Garcia**  
Secretaria de Infraestrutura

**Antônio Maranhães**  
Agência de Desenvolvimento Turístico

**Alan Moraes de Paula**  
Agência de Desenvolvimento Turístico

**Sérgio Luís de Oliveira e Silva**  
Secretaria da Saúde

**Marcus Roberto Ferreira Couto**  
Secretaria da Saúde

**Roberto Jorge Sahium**  
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Corombei Leão de Oliveira**  
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Haroldo Carneiro Rastoldo**  
Procuradoria-Geral do Estado

**Ana Flávia Ferreira Cavalcante**  
Procuradoria-Geral do Estado

**José Maria da Silva Júnior**  
Ministério Público Estadual

**Breno Machado Carneiro**  
Ministério Público Estadual

**João Paulo Ribeiro Filho**  
ATM

**Neila Pereira dos Santos**  
ATM

**Cel QOPM Marcelo Falcão Soares**  
Polícia Militar

**TC QOPM Rildo Virajone Aquino Parrião**  
Polícia Militar

**Antônio Rodrigues da Silva Neto**  
Saneatins

**Diogo Pedreira Lima**  
Saneatins

Deputado **José Viana Póvoa Camêlo**  
Assembléia Legislativa

Deputado **Raimundo Ulisses Wilson Sampaio**  
Assembléia Legislativa

**Joaquim Henrique Montelo Moura**  
IBAMA

**Lenine Barros da Cruz**  
IBAMA

**Roberta Maria Pereira Castro**  
CREA

**Cassius Ferreira Gariglio**  
CREA

**Jair da Costa Oliveira filho**  
Comunidade Científica

**Alexandre Barreto Almeida dos Santos**  
Comunidade Científica

**Evalcy Pereira da Silva**  
Comunidade Indígena

**Paulo André Ixati Oliveira Karajá**  
Comunidade Indígena

**Roberto Magno Martins**  
FIETO

**Jairo Soares Mariano**  
FIETO

**Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves**  
Organizações Não-Governamentais

**Marcos Vinício Batista**  
Organizações Não-Governamentais

**Airton Teixeira**  
FAET

  
**Paulo Sérgio da Rocha**  
FAET

**Raimunda Nonata Nunes Rodrigues**  
FETAET

**Manoel Barbosa Moraes**  
FETAET

**Magda Floripes Ferreira Fernandes**  
FECOMÉRCIO

**Nilva Aparecida Pacheco Bezerra**  
FECOMÉRCIO

**Instituições Ausentes:**

NATURATINS

Secretaria do Planejamento

Secretaria de Ciência e Tecnologia

Agência de Desenvolvimento Turístico

Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa

IBAMA

Comunidade Indígena

Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO

Federação da Agricultura do Estado do Tocantins- FAET